

Homem e Pessoa: Trânsito e Recurso

Man and Person: Transit and resource

Celeste Natário
Universidade do Porto

Resumo

Neste texto, o nosso propósito foi o de reconstituir a história do conceito de pessoa, na sua diferença com os conceitos de “homem” e de “indivíduo”, desde os Gregos até ao Personalismo, uma corrente filosófica do século XX.

Palavras-Chave: Pessoa, Homem, Indivíduo

Abstract

In this text, our purpose was to reconstitute the history of the person's concept, in its difference with the concepts of “man” and “individual”, since the Greeks until the Personalism, a philosophical current of XX Century.

Key-words: Person, Man, Individual

1. Sobre a noção de pessoa: Significado comum e etimológico do termo “pessoa”

Para apresentarmos a noção de “Pessoa”, parece-nos pertinente voltar atrás no tempo e na história para tomarmos contacto com esta noção desde a sua origem.

Em linguagem normal, utilizamos a palavra “pessoa” como sinónimo ou equivalente a “homem”. O uso deste termo é correcto porque a pessoa humana é também o homem, embora com o termo “pessoa” se designe algo mais do que o homem, algo que só se encontrará para lá do homem.

O valor representativo do termo “pessoa” denota uma particular característica, que é posta em destaque ao examinarmos a sua origem etimológica.

Os filósofos, ao procurarem a raiz desta palavra, deram duas versões distintas da sua origem. Numa primeira versão, derivaria do vocábulo grego “*prosopon*”, que significava cara, semblante, rosto; daí que a empregassem para designar as caretas ou máscaras que utilizavam os actores nas representações teatrais para acentuar as características das personagens e para serem vistos e ouvidos de longe — esta designação passou depois também a utilizar-se para designar as personagens que as levavam.

Outra etimologia explicava que teria proveniência no verbo latino “*persono*”, que significava avolumar a voz, assim provocar ressonância. A partir deste significado, se explicaria também o sentido de “personagem” de uma tragédia ou comédia.

É curioso verificar-se então que, tendo em vista esta origem etimológica a partir quer do latim quer do grego, ela designa sempre a máscara do teatro, sendo possível concluir que a máscara do autor tem, em princípio, uma dupla função – esconder aquilo que se é realmente, escondendo a verdadeira face, e, por outro lado, dar uma imagem diferente daquela que realmente se tem.

Por último, já na actualidade pensou-se ter encontrado a sua raiz na palavra etrusca “*phersu*”, que significava também as máscaras teatrais e, por extensão, as personagens de teatro.

Constatamos, pois, que estes três sentidos etimológicos de “pessoa” têm uma certa relação entre si, já que todos aludem ao personagem teatral. Sabemos também que, para o pensamento clássico, os personagens representados no teatro eram pessoas que, de uma forma ou outra, eram consideradas famosas e importantes (deuses, semi-deuses, heróis, reis, etc.), o que não deixa de ser significativo, pois, ainda na actualidade, a palavra “pessoa” é usada para designar alguns homens mais marcantes, dizendo-se que tal ou tal homem “é um personagem”.

Em resumo, poderíamos afirmar que, tendo em consideração quer o sentido usual e comum de “pessoa” quer o seu sentido etimológico, sempre se põe em relevo que significa o homem, mas possuindo um rasgo peculiar, uma dignidade que o distingue dos outros seres.

2. A pessoa na história do pensamento: desde a filosofia antiga até ao personalismo contemporâneo

Apesar da remota origem da palavra, não se reconhecia na Antiguidade que todo o homem é

pessoa e, por conseguinte, não se pôs a questão do esclarecimento da sua essência, nem o fundamento da sua dignidade. Não obstante, a filosofia antiga (principalmente a partir de Sócrates) não permaneceu alheia ao estudo do homem e, apesar de não o entender ou de não o considerar como pessoa, vislumbra algo da sua dignidade.

Assim, entre as suas antropologias mais representativas encontram-se doutrinas muito desenvolvidas sobre a essência humana, seus constituintes, características, acções e finalidades, mas que de certa forma denegam a sua dimensão pessoal.

Na concepção platónica, considera-se que o homem é mais propriamente uma alma e que o corpo é algo accidental, completamente distinto da alma. Falar do homem equivale, aqui, a falar de alma ou espírito, que é, por definição, imortal. Além disso, os gregos concebem os deuses como seres vivos imortais. Platão vai afirmar até que a alma humana preexiste no mundo inteligível, estando em contacto com a perfeição e a verdade; por isso, os homens tinham um carácter divino pelo facto de possuírem essa alma. Da sua divindade, se inferia que o seu comportamento devia consistir basicamente na contemplação do espírito. Portanto, a dignidade e mérito do homem encontrar-se-ia nesta natureza divina e numa conduta adequada a essa mesma natureza.

Posição diferente vai ter Aristóteles, que rejeita as teorias platónicas da preexistência e transmigração das almas, do corpo como cárcere da alma, rejeitando, contudo, igualmente, o materialismo de alguns filósofos anteriores, como Demócrito e Epicuro. É evidente que, também para o filósofo de Estagira, o homem estava dotado de alma, mas esta é um princípio substancial, actual e determinante de outro – a matéria primeira que é totalmente potencial. A alma do homem supera a dos outros seres vivos pelo seu entendimento e, por isso, a racionalidade ou intelectualidade caracterizava o homem. Por conseguinte, na antropologia aristotélica, o homem tem um valor, uma dignidade pela racionalidade, ainda que não o considere mais que homem.

Obviamente, este critério encerra algumas fragilidades, uma vez que situar na inteligência o fundamento da dignidade humana pode levar a concluir que determinadas pessoas que dela careçam (por exemplo, doentes mentais) não têm valor. Além disso, este critério pode também levar a admitir a existência de graus e diferenças na racionalidade dos homens, seguindo-se, então, diferentes categorias de pessoas.

É com o cristianismo que o tratamento da noção de “pessoa” vai ganhar um novo enfoque. A filosofia tentou estabelecer qual era a essência da pessoa, a sua constituição formal, assim como as suas propriedades essenciais. O tema da “pessoa” converteu-se num problema filosófico fundamental, ao qual dedicaram os seus esforços a maioria dos pensadores cristãos medievais – Santo Agostinho, São Bernardo de Claraval, Ricardo de São Victor, S. Boaventura, S. Tomás de Aquino e Duns Escoto –, assim como os continuadores da Escolástica.

Uma das definições mais disputadas de “pessoa” deste período foi dada por Boécio: “*NATURAE RATIONALIS INDIVIDUA SUBSTANTIA*”, isto é, “substância individual de natureza racional”. Numa tal concepção, contudo, a pessoa encontra-se definida somente pela racionalidade e individualidade o que se afigura como insuficiente para a teologia medieval, pois que a subsistência da substância individual racional não era explicitada, o que levou S. Tomás Aquino a uma definição de tipo ontológico – “*SUBSISTENS IN RATIONALI NATURA*” –, isto é, “natureza racional, subsistente em si”.

Uma forte conotação religiosa tem também a palavra “pessoa” ao ser empregue pelos cristãos para designar o “mistério da Trindade” – Pai, Filho e Espírito Santo, três pessoas distintas, iguais e consubstanciais em um só e mesmo Deus.

Depois desta breve alusão à presença do tema da “pessoa” na história do pensamento, devemos assinalar que, a partir do Renascimento, durante toda a Idade Moderna e em grande parte da época Contemporânea, a reflexão sobre o conceito de “pessoa” pouco avançou.

Se a definição clássica não analisava o homem inteiro mas, sobretudo, o homem na sua racionalidade, ainda que com uma orientação de índole ontológica, a filosofia moderna, embora tenha mais uma orientação na linha psicológica, ética e social, não deixando, por isso, de ampliar e enriquecer a perspectiva clássica, por outro lado, não a vai contradizer, pois que a interpretação do homem continua a ser feita principalmente no plano de um ser de razão.

Assim, em Descartes a pessoa é definida pela consciência, sendo a interpretação do homem entendida como um indivíduo fechado sobre si mesmo, um homem egológico, solitário, absolutizando-se a importância da consciência.

A corrente racionalista e idealista, que partiu de Descartes ao absolutizar o eu, acaba por negar também o eu concreto e singular. A certeza fundamental do homem é uma espécie de consciência egológica que pensa o mundo.

Mesmo quando se afirma a singularidade do sujeito, este é um sujeito fechado, em que a existência dos outros não é conhecida directamente, mas por analogia, pois o outro exprime-se como eu, logo deve ser um outro eu. Numa tal perspectiva, o outro é minimizado em favor do eu e o solipsismo irá ser uma ameaça constante.

A dimensão pessoal e ética é quase posta de lado. O homem para Descartes tem apenas a consciência de ser ele mesmo, de existir de facto, de não ser puro sonho porque se pensa a si (“*cogito, ergo sum*”). A sua singularidade está nesta auto-consciência.

A partir de Descartes e da sua afirmação de homem como consciência, desenvolveu-se a ideia de que a consciência se realiza segundo uma tríade: consciência universal (razão), que se orienta para o objecto; consciência de si (reflexão), que se orienta para o sujeito; e consciência dos valores, que é uma reconciliação entre o objecto e o sujeito, porque só há valor num objecto em relação a um sujeito.

Com a posição de Kant, a pessoa é definida pela liberdade, mas esta não deixa base para a criação,

pois que a pessoa — enquanto “personalidade moral” — é, para Kant, “a liberdade de um ser racional debaixo de leis morais”.

É certo que, para o filósofo de Königsberg, estas leis morais são dadas pelo ser racional a si mesmo, não sendo, por isso, arbitrárias. Então, o mundo da pessoa é um mundo moral, pois a sua vida é orientada pela submissão a leis morais, e é também entendida como um fim em si mesma, afirmando Kant que “os seres racionais são chamados pessoa porque a natureza os distingue como fins em si”.

A filosofia moderna apresenta-se-nos sob uma óptica individualista, individualismo, aliás, que se traduziu, no século passado, no “liberalismo” e na conseqüente redução do homem a um ser impessoal nas sociedades industrializadas.

A noção de “pessoa” que, ao longo dos tempos, experimentou diversas mudanças fundamentais, tanto no que respeita à estrutura como ao carácter das suas actividades, foi abandonando a concepção “substancialista” de pessoa para a transformar num centro dinâmico de actos, procurando, tanto quanto possível, evitar o impersonalismo, que, ou identificava a pessoa com a substância, ou com a razão na sua universalidade.

Corresponde a este esforço a posição de Max Scheler, para quem a pessoa está na base de todos os actos e, encontrando-se, ao mesmo tempo, para além de toda a redução ao material. Na perspectiva de Scheler, o homem reveste-se de um carácter espiritual, destacando também a sua capacidade de transcensão, pois, se o homem não se transcendesse continuamente, permaneceria sempre dentro dos limites da sua individualidade psicofísica e acabaria novamente imerso na realidade impessoal da “coisa”. Ora, é exactamente na medida em que o indivíduo (entendido no sentido psicofísico) se transcende e realiza certos actos, que se torna pessoa.

Poderemos, pois, concluir que o pensamento de Max Scheler, que se desenvolveu na base da fenomenologia de Husserl e em oposição a toda a concepção estática de pessoa, se insere também dentro

do chamado “Personalismo”, corrente que, na primeira metade do nosso século, surgiu com certas especificidades ou diversos cambiantes, embora mantendo muitos aspectos comuns.

De uma forma geral, o personalismo nasce de uma tomada de consciência do carácter cada vez mais impessoal das relações entre os homens, o que tem como conseqüência uma crescente despersonalização, em que o homem se vê reduzido ao ciclo “transporte-trabalho-casa”, e faz dele um ser isolado dos outros e do mundo e, talvez pior que isso, um ser estranho a si mesmo.

Assim, vamos assistir na filosofia ao regresso ao tema da pessoa, já que esta nova corrente vai considerar a dimensão pessoal do homem, tal como o seu valor.

Uma das principais referências do “personalismo” foi Emanuel Mounier, que, em 1932, funda a revista “*Esprit*” (dirigindo-a até à sua morte), que é, para além de um instrumento de combate político, o lugar onde o seu pensamento personalista (no entroncamento com uma certa tradição cristã) se vai elaborando, no confronto com os problemas do fascismo, do estalinismo e do despertar dos povos colonizados. Por via disso, o pensamento político, no que este tem de dimensão histórica de ser pessoal, é tido como objecto de consideração e análise.

Mas, seja para o designado personalismo “cristão” de Mounier, seja para o personalismo “fenomenológico” de Max Scheler, ou para as outras correntes personalistas contemporâneas (personalismo “filosófico”, representado por Renouvier e Stern; personalismo “existencial”, representado por Jaspers e G. Marcel; e personalismo “hermenêutico”, representado por W. Jankelevitch e P. Ricouer), o que constitui real interesse é o facto de todos terem como denominador comum a afirmação da proeminência da pessoa, sendo, então, o seu valor reivindicado como o mais digno da natureza.

Para o personalismo, ser pessoa não é só possuir certas características essenciais próprias que permitem ao homem actuar livremente e de um modo pessoal, mas, mais do que isso, significa agir de tal maneira que

o indivíduo mediante os seus actos se torne pessoa. E este “estatuto” terá que ser conquistado por si próprio, é uma autocriação. A pessoa não é mais um princípio ou constituinte metafísico intrínseco, raiz de todas as propriedades pessoais e fundamento da sua máxima dignidade, é antes entendida como o fim de uma actividade constituinte, totalmente voluntária e livre. Ora, para as correntes personalistas, o constitutivo formal da pessoa será, por um lado, a liberdade de escolha, de opção, e, por outro, a actividade autocriadora que daí deverá resultar. Por natureza ou de modo essencial, o homem não será pessoa, mas, mediante a sua liberdade, pode fazer-se pessoa.

O personalismo vai então distinguir indivíduo e pessoa. Neste sentido, entenderá que o homem, enquanto tal, é um indivíduo, uma mera parte da espécie humana, desprovido de originalidade e autenticidade. Contudo, este indivíduo pode sair da “vulgaridade” se optar por fazer-se pessoa.

Esta opção personalizadora, já se vê, implica a livre adesão a uma hierarquia de valores e à sua realização concreta na própria vida humana.

Assim, homem terá que assumir um compromisso com um projecto que o levará necessariamente a viver em comunhão com os outros, conseguindo, então, alcançar as três dimensões fundamentais da pessoa.

Poderíamos, pois, falar de um processo, pois que o homem passa de um ser mero indivíduo e, progressivamente, chegará a ser pessoa, o que requer não só esforço mas também vigilância contínua, já que para além de conquistar o ser pessoal, este deve ser mantido.

Então, segundo o personalismo, o homem pode escolher entre continuar a ser indivíduo, tal como é por natureza, ou tornar-se pessoa. Mas, para isso, o homem terá que ser “obreiro”, para utilizar a expressão de Leonardo Coimbra, pois ele não é “uma inutilidade num mundo feito”, mas tem que construir, fazer o

mundo, e, nessa actividade, está simultaneamente a engrandecer-se, ou seja, está “a fazer-se fazendo”.

Se a pessoa é o homem que sonha, quer, sofre e espera, não pode, pois, ser entendido como “uma inutilidade” no mundo em que lhe é dado viver e agir.

É imprescindível que o homem se descubra e descubra que o próprio acto de existir o eleva à consciência de realidade, à sua posição no mundo e à posição dos outros, pois que a sua experiência pessoal de existir leva-o a confrontar-se com a totalidade.

Pensamos então que a pessoa é o homem que descobre que existe e a partir daí se constrói. A este propósito, não resistimos à transcrição desta passagem de “*La Nauseé*”, de Sartre, em que a reflexão e descoberta de “Roquentin” (um dos “heróis existencialistas” do pensamento do autor) é bem o exemplo deste existir: “Agora mesmo estava sentado lá no jardim da praça. A raiz do castanheiro enfiava-se pela terra, até chegar por baixo do meu banco. Nem pensava mais que aquilo era raiz. As palavras tinham-se esvaído e com elas também o sentido das coisas, a maneira de usá-las, os fracos sinais que os homens tinham riscado na superfície delas. Estava eu sentado lá, um pouco inclinado, com a cabeça baixa, sozinho diante daquela massa escura e cheia de nós, completamente feia que me dava medo. Foi então que se fez luz. Fez-me perder a respiração. Eu nunca tinha antes suscitado o que queria dizer existir. Eu era com os outros...”.

Concluiremos, reiterando uma ideia já expressa: o homem sonha, quer, sofre e espera e é aí que a face verdadeira da vida se encontra, é aí que a sua realidade se funda e se ajusta com a sua plena dimensão.

Não sendo o homem somente matéria, indivíduo, mas também espírito, sofrendo da “inquietação metafísica”, ele vai surgir-nos como portador do mais elevado sentido de vida espiritual. O homem é um “ser social” mas é também, em absoluto, um “ser metafísico”.

